

O COMPLEXO DE VIRA-LATA E A SOLUÇÃO PORTO RICO: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DA IDEOLOGIA DO VIRALATISMO NA MÍDIA HEGEMÔNICA BRASILEIRA

THE MONGREL COMPLEX AND THE PUERTO RICO SOLUTION: A DISCURSIVE ANALYSIS OF THE MONGRELISM IDEOLOGY IN BRAZILIAN HEGEMONIC MEDIA

Diego Abreu¹

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

<https://orcid.org/0000-0003-0591-6918>

diegocurciodeabreu@gmail.com

RESUMO: O brasileiro é um “Narciso às avessas, que cospe na própria imagem” (RODRIGUES, 2013). Com tais palavras, Nelson Rodrigues caracteriza o “complexo de vira-lata”, identificado como uma postura voluntária de inferiorização comum a grande parte dos brasileiros, assentada em uma concepção ideológica depreciativa em relação ao Brasil. Partindo da intuição certa do autor recifense, o objetivo principal deste artigo é gerar inteligibilidades sobre a ideologia do *viralatismo* conforme construída discursivamente na mídia hegemônica brasileira. Para tanto, tendo como fundamento a visão de ideologia proposta por Thompson (1995) como o “sentido a serviço do poder”, estabelece-se um arcabouço teórico composto pela referida ideia rodrigueana, reinterpretada à luz de uma perspectiva discursiva, e pelo ferramental analítico do Sistema de Avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005). As análises evidenciam a função exercida pelos expedientes avaliativos na construção discursiva do viralatismo, além de iluminarem essa ideologia como uma linha-mestra que atravessa a argumentação que advoga o desprezo e o rebaixamento do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Viralatismo; Complexo de vira-lata; Ideologia; Avaliação; Discurso.

ABSTRACT: “Brazilians are backwards Narcissus, spitting in their own image” (RODRIGUES, 2013). With these words, Nelson Rodrigues characterizes the “Mongrel Complex”, identified as a voluntary stance of inferiority, based on a deprecating ideological conception of Brazil. Reaching back to the Recife-born author’s intuition, the objective of this article is to understand the ideology of mongrelism as it is constructed discursively in Brazilian hegemonic Media. In order to do so, based on the view of ideology advocated by Thompson (1995) as “the sense in service of power”, a theoretical framework is built having as its components the aforementioned Nelson Rodrigues’ idea, reinterpreted through discursive lenses, and the analytical toolkit of the Appraisal System (MARTIN; WHITE, 2005). The analyses developed give evidence to the functions performed by the evaluative elements in the discursive construction of the mongrelism, besides highlighting this ideology as a guiding line that cuts across the argumentation that advocated for the disgust and covering of Brazil.

KEYWORDS: Mongrelism; Mongrel Complex; Ideology; Appraisal; Discourse.

¹ Professor Adjunto no Departamento de Letras da Faculdade de Formação de Professores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ-FFP).

1. INTRODUÇÃO

“O subdesenvolvido faz um imperialismo às avessas. Vai ao estrangeiro e, em vez de conquistá-lo, ele se entrega e se declara colônia” (RODRIGUES, 2013, p. 15). As palavras sublinhadas, produto de algumas das mais brilhantes crônicas desportivas de Nelson Rodrigues, tinham como alvo seus colegas jornalistas comentadores de futebol, vistos pelo dramaturgo como demasiadamente pessimistas em relação ao escrete canarinho. Para Nelson, tais jornalistas seriam acometidos em suas mentes e espíritos pelo “complexo de vira-lata” (RODRIGUES, 2013), uma tendência voluntária a se rebaixar a um posto de inferioridade em face do resto do mundo.

Apesar da evidente alusão à psicanálise feita pelo termo, interessa-nos aqui empregar a categoria rodrigueana de uma maneira metafórica como um modelo conceitual que nos permita flagrar nas entranhas do ecossistema discursivo nacional a existência de uma ideologia fundacional organizada à luz dos princípios do complexo de vira-lata: pessimismo essencial e sentimento de inferioridade perante as demais nações. Tal quadro ideológico opera como uma cosmovisão que, de maneira implícita, tende a orientar a forma como avaliamos e construímos discursivamente o mundo (FAIRCLOUGH, 1989). Assim, o termo *viralatismo* será usado neste artigo em detrimento do original rodrigueano (“complexo de vira-lata”) por seu sufixo formador (-ismo) evidenciar a natureza ideológica do nosso objeto de pesquisa.

Apresentado o objeto de interesse deste escrito, explicitemos o seu objetivo principal: gerar inteligibilidades sobre a construção discursiva da ideologia do viralatismo na mídia brasileira hegemônica. O Sistema de Avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005), braço integrante da Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1994), é empregado como instrumento de análise dos dados coletados. A seleção desse ferramental se fundamenta na concepção teórica advogada por Bakhtin (2010), que defende um enlace essencial entre ideologia e axiologia na formação dos nossos enunciados.

A escolha do sítio para a apreensão dos dados não é arbitrária, tendo fundamentação teórica e política. Como assinalado por Boito Jr. (2016), a mídia hegemônica é o painel comunicativo de expressão dos interesses das elites mandantes no país, os quais, vinculados ao processo de globalização financeira, tendem a tomar as instituições nacionais como alvo de seus ataques. Com base nesses entendimentos, torna-se diáfano que os órgãos da imprensa hegemônica representam uma verdadeira usina de produção de ideias e discursos disseminadores da cosmovisão do viralatismo, sendo, portanto, o estudo desses artefatos discursivos um meio profícuo de debruçar-se sobre a materialização dessa ideologia no debate público nacional. Aqui, tomaremos um escrito particular como exemplo ilustrativo da apropriação do viralatismo pela imprensa brasileira. O texto escolhido tem o título de “Solução Porto Rico”, de autoria de Roberto Mangabeira Unger, e publicado pelo *Jornal Folha de São Paulo*®.

Além desta introdução, este artigo conta com três seções teóricas. Na primeira, sistematiza-se o conceito de ideologia; na segunda, olha-se para o exemplar de ideologia de interesse do estudo: o viralatismo; na terceira, apresenta-se o instrumental analítico aqui empregado, o Sistema de

Avaliatividade. Adiante, o texto selecionado é submetido a exame, com o emprego do ferramental de análise destacado. Por fim, algumas considerações a título de arremate são emitidas

2. O SENTIDO A SERVIÇO DO PODER: O ARCABOUÇO TEÓRICO DA IDEOLOGIA

A primeira escola de pensamento a produzir uma interpretação sistematizada da noção de ideologia foi o marxismo. Partindo da concepção do materialismo histórico, Marx e Engels (1999) percebem a ideologia como uma forma alienada de representação do mundo, via de regra, impulsionada pela rejeição do dado de realidade fundamental que repousa no conflito entre proletariado e burguesia. Sendo aquele o portador histórico dos valores do progresso, o discurso ideológico perfilha um modelo de inteligibilidade sobre o real orientado politicamente para salvaguardar a posição de poder da burguesia dominante.

Os modelos teóricos oriundos do materialismo histórico, apesar de seu caráter pioneiro, limitam nossa compreensão sobre o fenômeno ao considerá-lo produto da ação discursiva de um grupo político específico, em vez de uma propriedade do próprio discurso. Nos estertores do século XX, pensadores dotados de uma visão teórica mais arejada, produziram novos quadros conceituais para a ideologia. Thompson (1995, p. 6), pensador britânico, caracterizou a ideologia como “o sentido a serviço do poder”, atribuindo ao elemento ideológico um papel de centralidade na construção e na manutenção de relações de dominação. Assim, Thompson (1995) estabelece uma distinção entre o símbolo e a ideologia: o primeiro se converte na segunda no momento em que essa matriz simbólica se torna uma ferramenta de exercício do poder.

Seguindo a mesma linha teórica do pensador anterior, Fairclough (1989) assinala um aspecto central da operação da ideologia: seu caráter implícito e subjacente. Nesse sentido, a teorização faircloughiana subscreve tanto à visão da ideologia como um âmbito do simbólico, quanto ao papel central desempenhado pela ideologia na construção e manutenção de relações desiguais de poder. Porém, o autor adiciona outra propriedade importante da ideologia: sua função emoliente na engrenagem da dominação. O discurso ideológico não ambiciona violentar diretamente o assujeitado ou declarar a sua condição de servidão, mas, sim, ocultar a situação política não-isonômica em que os setores majoritários da sociedade estão submetidos. Logo, para Fairclough (1989), o poder ideológico reside em sua capacidade de construir consenso em torno de relações de poder e exploração.

Para lograr sucesso em seu mister, a ideologia precisa dispor de um caráter subterrâneo, tendo função de premissa sustentadora de diferentes formas de discurso. Assim, para o pensador inglês, o ideológico repousa nas diferentes matrizes simbólicas que, implicitamente, sustentam e dão legitimidade a um determinado projeto de poder. Outro atributo importante da ideologia é sua natureza parasitária. Ainda que um arcabouço ideológico possa ser representado como uma doutrina, sua função precípua é contaminar os enunciados e se disseminar como um parasita em um hospedeiro, usando o falar e o escrever dos indivíduos como veículo.

Ordenando as ideias trazidas nos parágrafos anteriores, podemos compor o quadro teórico da ideologia. Esta é um sistema de ideias que compõe uma cosmovisão sobre o real (ou setores dele), que, de maneira implícita e lógica (funcionando como premissa), tem a função de criar consenso e legitimidade para um determinado interesse de poder de um dado grupo político ou indivíduo. Essa mundividência pode se desfolhar tanto de maneira integral, aos moldes de uma filosofia, ou de forma parcial, tendo seu enfoque reduzido a um determinado aspecto ou campo da realidade, porém podendo ser estendida a outras dimensões mais amplas da vida humana.

3. O COMPLEXO DE VIRA-LATA COMO DOCTRINA: A IDEOLOGIA DO VIRALATISMO

O termo *viralatismo* advém do tropo do complexo de vira-lata, consagrado por Nelson Rodrigues (2013) como “a inferioridade em que o brasileiro se coloca voluntariamente em face do resto do mundo” (RODRIGUES, 2013, p. 80). Apesar de vaga, a categoria se canonizou, sendo empregada em diversos esforços de entendimento da sociedade brasileira. Schommer (2012) percorre a trajetória nacional em busca de eventos marcantes e constantes históricas que justifiquem o sentimento de autodepreciação reinante no Brasil. Alguns dos temas devassados pelo autor, no esforço de entender como interpretações simplistas alimentam o olhar de autodepreciação do brasileiro, são o legado lusitano, a mestiçagem e a presença africana e indígena na formação do povo brasileiro.

Como já mencionado anteriormente, aqui o complexo de vira-lata é entendido como uma ideologia: um sistema simbólico que sustenta uma cosmovisão particular, atuando como um cinturão de premissas para uma rede de discursos que subsidiam certos projetos de poder. Não se trata, portanto, de um complexo de vira-lata, mas de um viralatismo, uma ideologia que se funda em visões de mundo e interpretações de Brasil previstas na metáfora de Nelson Rodrigues.

O primeiro passo para caracterizarmos o viralatismo como uma ideologia é destrinchar sua estrutura simbólica enquanto um sistema de ideias. Para tanto, é preciso novamente recorrer ao gênio de Nelson Rodrigues. Partindo da metáfora rodrigueana, pode-se concluir que o complexo de vira-lata tem como seu fundamento a alegada inferioridade absoluta do Brasil (e de tudo que remete à brasilidade) em face das demais nações, que fomenta um sentimento de desgosto do brasileiro em relação ao seu país e, por sua vez, uma admiração desmedida perante o estrangeiro: “admiramos mais os defeitos ingleses que as virtudes brasileiras” (RODRIGUES, 2013, p. 98).

Como argutamente apontado por Schommer (2012), o sentimento de inferioridade essencial do brasileiro se desdobra em uma interpretação fatalisticamente depreciativa e negativa de sua história, caracterizando-a como o retrato de uma nação fracassada. Além da leitura do passado brasileiro como um documento do nosso fracasso, a crença na superioridade do estrangeiro possui outro desdobramento cogente: uma visão pessimista e derrotista em relação ao futuro; ou, usando os termos rodrigueanos, uma timidez de otimismo (RODRIGUES, 2013). Temos, assim, os três pilares conceituais da ideologia do viralatismo: 1) a ideia da inferioridade do Brasil em face das demais

nações (que se transforma em uma visão depreciativa do país de maneira absoluta); 2) o entendimento da história do Brasil como uma sucessão de erros e vícios, que justificariam o fracasso nacional no presente; e 3) um olhar pessimista em relação ao futuro do país e de tudo que a ele se refere.

Porém, para caracterizar-se como uma ideologia, o viralatismo necessita não apenas de propor uma lente para entender o mundo, mas também de organizar essa perspectiva em torno da legitimação de algum interesse ou projeto de poder. Conforme apontado por Boito Jr. (2016), os grupos oligárquicos locais e transacionais que impõem sua dominação sobre a coletividade têm interesse no enfraquecimento das identidades nacionais. Primeiramente, um povo que não se vê como pertencente a uma nação não tem qualquer interesse em lutar pela defesa do patrimônio nacional e pela garantia de políticas sociais que abranjam a totalidade dos patricios. Institui-se, assim, uma fragmentação da visão política. Ademais, qualificar os problemas brasileiros como produto de vícios de origem do nosso povo funciona como uma cortina de fumaça para as verdadeiras causas dos males de nossa sociedade, em grande medida, vinculados à rapina e à exploração comandada por essa franja mandante. Como assinalado por Fairclough (1989) e Thompson (1995), a ideologia desempenha a função de instrumento simbólico de legitimação e naturalização do poder, sendo o viralatismo, enquanto uma ideologia de grande difusão no debate público brasileiro, um emoliente discursivo da exploração neoliberal operada em nosso país.

Advogada a classificação do viralatismo como um exemplo de ideologia, nos resta ainda esclarecer como ele se sacramenta em discurso, atuando no debate público como uma força de sentido a serviço do poder (THOMPSON, 1995).

Thompson (1995) sublinha diversos modos de operação da ideologia como um elemento organizador do discurso, assinalando as estratégias de infusão das premissas que sustentam um dado arcabouço ideológico na materialidade prática discursiva. Uma dessas táticas, de interesse maior para esta pesquisa, é a standardização. Esta consiste na homogeneização de um grupo, apagando suas nuances de contraste e distinção, atribuindo vícios e virtudes absolutas a essa totalidade artificial. É através desse tipo de expediente que o discurso transforma um país complexo, heterogêneo e múltiplo como o Brasil em um monólito caricaturizado por representações depreciativas, que universalizam a toda a sociedade nacional supostas falhas e vícios de certos grupos ou indivíduos.

Contudo, além da standardização conceituada por Thompson, o viralatismo brasileiro goza de certas especificidades e repousa em estratégias de sacramento discursivo que não foram teorizadas pelo pensador inglês. Uma delas, digna de nota, é a dicotomização. Tomando como fundamento a metáfora de Nelson Rodrigues, que vê o complexo de vira-lata como um esforço de inferiorização do Brasil perante as demais nações, torna-se evidente que tal cotejamento tende a ser operado em discurso a partir de um sentido de dicotomização, ou seja, de distinção absoluta entre os elementos submetidos à comparação. Como resultado, o Brasil, os brasileiros e qualquer elemento que remonte à brasilidade são tomados como categorias estanques e absolutas, sendo nossos vícios qualidades essenciais e tratados como o inverso perfeito dos demais países.

4. SISTEMA DE AVALIATIVIDADE: A INSCRIÇÃO DA AVALIAÇÃO NA LINGUAGEM

O Sistema de Avaliatividade (doravante, SA) é um instrumental desenvolvido para a cartografia e a análise linguística dos expedientes axiológicos viabilizados por cada língua para os seus falantes produzirem valor sobre o mundo. O SA oferece um mapa didático dos recursos produtores de valor da linguagem, nos permitindo entender semântica e funcionalmente a presença da avaliação em nossas interações.

Do ponto de sua inscrição teórica, o SA faz parte do edifício da Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY, 1994), modelo linguístico assentado em uma visão sociosemiótica da linguagem, percebendo os significados como um meio de representar a realidade e o agir em sociedade. Em meio à rede de sistemas da Linguística Sistêmico-Funcional, o SA se insere no âmbito da Semântica do Discurso, nível de organização dos significados de uma língua. O SA também se subdivide em três subsistemas: Gradação, Engajamento e Atitude. Apenas este último será usado em nossa análise.

O Subsistema de Atitude cartografa e categoriza os elementos oferecidos pela língua para nos habilitar a transformar valor em palavras, disponibilizando três construtos distintos para classificar as diferentes formas de apresentação da avaliação: Afeto, Julgamento e Apreciação.

O Afeto marca os expedientes avaliativos assentados em termos ou expressões que remetem ao universo semântico das emoções humanas. Quando alguém diz, por exemplo, *eu amo churrasco*, além de um afeto em relação a um objeto do mundo, tal enunciado marca uma avaliação, plasmada em uma perspectiva subjetiva expressada pelos sentimentos do avaliador.

O Julgamento, por sua vez, representa uma categoria que delimita as avaliações produzidas no terreno semântico da ética e da moral. Essas valorações, compreendidas pela categoria em tela, operam a partir de dicotomias características, como certo-errado, justo-injusto, bom-mau, etc. Quando alguém diz, *você é um péssimo filho*, tal interlocutor avalia o mundo a partir de um diapasão de moralidade, colocando em escrutínio a faculdade do juízo do elemento avaliado.

Por fim, a categoria da Apreciação abrange as valorações linguísticas produzidas no campo da estética e do belo, articulando noções como bonito-feio, perfeito-imperfeito, etc. Assim, ao dizer *esta é uma belíssima canção*, compõe-se uma valoração do real que se insere no universo da Apreciação.

Na análise desenvolvida neste artigo, o SA será usado como uma ferramenta analítica das distintas formas como o viralatismo ganha corpo nos dados examinados por intermédio de discursos valorativamente carregados. Entendendo o caráter depreciativo dessa ideologia, abrangendo todos os elementos que se vinculam ao Brasil, torna-se fundamental gozar de equipamentos semântico-discursivos que ajudem a flagrar na materialidade dos enunciados os diferentes carizes desses elementos valorativos que contribuem para a construção do viralatismo em discurso. Contudo, a caracterização dos diferentes construtos avaliativos não deve ser um processo de catalogação, mas um esforço para devassar seu papel na fabricação textual da ideologia do viralatismo.

5. ANÁLISE DOS DADOS: A IDEOLOGIA DO VIRALATISMO E A SOLUÇÃO PORTO RICO

O presente artigo está integrado a um projeto de pesquisa que tem como objetivo precípua cartografar diferentes apresentações discursivas do viralatismo nos veículos hegemônicos de mídia, que tem o poder, graças ao seu alcance e recursos, de pautar o debate público nacional. A pesquisa tomou como base o acervo digitalizado dos 3 maiores veículos de imprensa escrita do país: *Globo*, *Estadão* e *Folha de São Paulo*.

O mapeamento dos textos com o fito de flagrar a emergência de discursos vinculados ao viralatismo se deu em três etapas. Primeiramente, foram selecionados textos oriundos das seções de cultura, economia e política dos veículos listados, considerando que tais seções tenderiam a versar sobre temas relativos ao viralatismo. Em seguida, foi realizada a leitura superficial de textos produzidos pelos três veículos de mídia mencionados que tratassem dos temas destacados, buscando encontrar a emergência da ideologia do viralatismo nesses escritos. Finalmente, após a seleção de um corpus de artigos jornalísticos, foi empreendida uma segunda leitura dos textos, mais atenta e aprofundada, hierarquizando-os em face dos interesses da pesquisa. Ao cabo, seis textos foram escolhidos para serem submetidos à análise, com base no ferramental descrito na seção anterior. Neste artigo, contudo, apenas um escrito será posto em lente, intitulado “Solução Porto Rico”.

De autoria de Roberto Mangabeira Unger, professor do Departamento de Direito da Universidade estadunidense de Harvard e figura de expressão política no Brasil, o texto foi publicado na edição impressa, de 22 de setembro de 1998, do Jornal *Folha de São Paulo*, sendo, posteriormente, arquivado digitalmente pelo veículo de mídia. O artigo foi publicado na seção *Opinião*, ocupando uma posição de destaque na edição do pasquim. O texto em sua versão integral encontra-se apresentado no Anexo I. Aqui, abordaremos apenas alguns trechos em que a esfinge de interesse da pesquisa emerge de maneira mais patente e sistematizada.

Os trechos selecionados para comporem os dados deste estudo serão escrutinados à luz das estratégias de incorporação das ideologias em discurso e das categorias desenvolvidas no Sistema de Avaliatividade (MARTIN; WHITE, 2005), como já referido.

Em um olhar panorâmico, torna-se nítido que o texto produzido por Unger tem como objetivo precípua convencer o leitor, a partir de uma encenação de diálogo com as supostas elites nacionais, sobre os benefícios e a legitimidade da adoção da *solução Porto Rico*, que, em termos práticos, significa a abdicação absoluta por parte do Brasil de sua soberania em busca de uma vinculação institucional com os Estados Unidos da América (EUA). Porto Rico, pequena ilha situada no mar do Caribe, apesar de se ter tornado comunidade associada estadunidense e aberto mão completamente de sua autonomia nas mais diversas áreas, não possui o mesmo estatuto que os demais estados americanos. É justamente essa alternativa que é defendida por Unger como uma solução para os problemas fundamentais do Brasil.

Ao longo do desenvolvimento do texto, em um esforço argumentativo de costurar um painel discursivo capaz de dar subsídio à sua proposta arrojada, o autor enumera uma série de ideias que

materializam a ideologia do viralatismo. Alguns segmentos em que esse trabalho de articulação ideológica se mostra mais premente serão aqui destacados e analisados. Logo na abertura do escrito, Mangabeira assinala:

A incorporação do Brasil aos Estados Unidos como comunidade associada, no modelo Porto Rico, resolve os problemas fundamentais do país. É a grande reforma modernizante.

Segmento 1: Grande Reforma Modernizante

O professor abre o texto com a exposição direta e explícita de sua tese fundamental sobre o caminho para a superação dos *problemas fundamentais do país*: a transformação do Brasil, aos moldes de Porto Rico, em uma comunidade associada aos EUA. Temos, nestas linhas iniciais, o primeiro momento de erupção de uma estratégia discursiva de atualização do viralatismo que funcionará como um fio de Ariadne ao longo de todo o escrito: a dicotomização estabelecida a partir de uma polarização de valores. De um lado, o Brasil, nação marcada por problemas importantes, os quais serão listados em minúcia nos momentos seguintes do artigo da *Folha*. Do outro, os Estados Unidos, um referencial nacional de prosperidade e de institucionalidade política, cuja proximidade do Brasil pode patrocinar a nossa *grande reforma modernizante*.

Esse esforço de construção de um maniqueísmo axiológico entre Brasil e EUA ganha um componente de complexificação: a presença de Porto Rico, um exemplo a ser seguido pelo Brasil. Outrora país atrasado e de economia arcaica, a *associação* porto-riquenha aos vizinhos do norte teria lhes permitido um salto de modernização relevante, transformando a pequena ex-nação caribenha em um símbolo do sucesso de tal modelo de coligação internacional. Constitui-se, portanto, uma dicotomização triangulada, em que a polarização entre os dois extremos no espectro do dinamismo econômico (EUA e Brasil) é mediada pela figura emblemática de Porto Rico. Nesse sentido, a inferiorização voluntária perante o estrangeiro, preconizada por Nelson Rodrigues (2013) como um dos traços característicos do vira-lata, aqui se dá embrulhada em um raciocínio salvacionista: nosso rebaixamento é o único caminho para nossa entrada na modernidade global.

Essa estratégia de dicotomização é viabilizada pela introdução de uma série de expedientes avaliativos que, atribuindo valores radicalmente opostos a cada um dos elementos polarizados, acentua a composição da polarização. Por um lado, o Brasil é retratado como um país dotado de *problemas fundamentais*. Não bastasse a explicitação de tais vícios, o receituário trazido por Unger também se mostra tão depreciativo quanto a patologia: abrir mão de sua soberania nacional, um dos aspectos basilares da própria existência de um país e de um povo, para se tornar um apêndice dos Estados Unidos, aos moldes de Porto Rico. Por outro lado, a nação hegemônica do continente é qualificada a partir de uma avaliação cunhada na região semântica do Julgamento (MARTIN; WHITE, 2005) como um espelho para a modernização brasileira. A avaliação sob a clave do Julgamento evidencia a prevalência de um caráter moral no juízo, entendendo o nível mais elevado de

sofisticação econômica dos estadunidenses como uma virtude ética. Assim, tal expediente avaliativo não apenas representa com cores elogiosas a nação da América do Norte, mas acentua ainda mais a dicotomização desta com sua vizinha tropical.

Esse movimento de cotejamento valorativo entre os EUA e o Brasil, prenunciado nas primeiras linhas do texto, se transforma em um padrão ao longo do escrito, emergindo em outros momentos, como podemos ver adiante:

Por que ter moeda atrelada ao dólar e sofrer o pesadelo de que nossos dólares acabem, se podemos ter o dólar como moeda? Por que importar de outro país tudo que respeitamos -o neoliberalismo, a ecologia, os patins, a ciência econômica-, se podemos sentir que vem de outra parte de nosso próprio país? Por que não unir a competência deles com nossa alegria? Só o preconceito impede.

Segmento 2: Competência e alegria

Os expedientes de materialização discursiva da ideologia do viralatismo, presentes em gérmen nos pródromos do texto, se patenteiam de maneira aguda no segmento em destaque. O autor retrata uma relação de subordinação do Brasil perante os Estados Unidos, que relegaria o nosso país a uma situação de dependência e subalternidade. Tal cenário, inicialmente restrito ao terreno econômico (uso do dólar como moeda oficial no Brasil), se estenderia por todo o panorama cultural, obrigando os brasileiros a importarem todas as coisas tidas como valiosas de um país estrangeiro. Porém, encavalada à denúncia de nossa inferioridade diante dos estadunidenses, Unger nos apresenta o receituário para a superação de tal estatuto: tornar-se parte oficialmente de nossa metrópole cultural.

Como assinalado no segmento anterior, a tática discursiva da dicotomização opera como um meio de materializar o viralatismo no texto em lente. No trecho em tela, tal expediente se imiscui ao esforço de Unger em tornar atrativa a ideia da associação aos Estados Unidos à luz do exemplo porto-riquenho. Portanto, o quadro de oposições produzido pelo autor aponta para um sentido político premente. Assim, num primeiro momento, o professor contrapõe uma conjuntura qualificada por ele como um *pesadelo* a um cenário de bonança e prosperidade, após a adoção do dólar americano como moeda oficial do país. Cabe destacar que o emprego do termo assinalado perfaz uma avaliação do contexto político-econômico nacional sediada na região semântica do Afeto (MARTIN; WHITE, 2005). Confere-se, de tal maneira, um poder retórico maior à valoração, que, ao tomar uma experiência subjetiva do autor, um sonho causador de perturbação, produz um jugo de maior peso acerca do quadro conjuntural escrutinado.

A dicotomização Brasil-EUA esboçada por Unger, inicialmente concernente apenas ao contexto econômico do nosso país, é transformada na linha seguinte em uma regra de organização das relações entre ambas as nações. O Brasil não seria, portanto, apenas um país monetariamente submisso à potência hegemônica do continente, mas experimental, também, a mesma submissão no

plano da cultura. Aqui, a estratégia discursiva da dicotomização se entrelaça em outro expediente: a standardização, isto é, a caracterização do contingente e particular como algo absoluto e total. Assim, a preferência de uma parte dos brasileiros por certas ideologias (*neoliberalismo, ecologia, ciência econômica*) e produtos (*patins*) oriundos do nosso vizinho do norte é tratada como uma predileção generalizada no país.

O enlace entre ambas as táticas de derramamento ideológico se dá justamente no emprego de tal generalização absolutizante como um meio de acentuar ainda mais a dicotomia entre ambos os países, agravando nossa situação de inferioridade perante os Estados Unidos. Em face dessa standardização de gostos nacionais, seríamos não apenas um entreposto financeiro dos americanos, mas também nos colocaríamos na posição de consumidores do cardápio simbólico estrangeiro.

Como um emoliente discursivo para o quadro retórico composto pelo autor, uma série de movimentos avaliativos são empreendidos, conferindo peso à relação de maniqueísmo erigida entre as duas nações iluminadas no texto. A assertiva estandardizante de que o Brasil importaria tudo que admira dos Estados Unidos constrói uma valoração de caráter ambivalente sob a égide do Julgamento (MARTIN; WHITE, 2005). Por um lado, caracterizam-se esses artefatos culturais advindos da América do Norte como imbuídos de elevada qualidade, sendo o respeito dirigido por todos os brasileiros a esses elementos evidência do seu valor. Em contrapartida, o fato de todas as manifestações culturais dignas de admiração em nosso país serem importadas, indiretamente, erige um Julgamento (MARTIN; WHITE, 2005) a respeito do valor cultural do nosso país. Ora, se uma nação não consegue construir autonomamente suas referências ideológicas e estéticas, tendo que trazê-las de alhures, tal impotência já evidencia sua inferioridade comparada.

Orientado pela dicotomização entre o Brasil e os Estados Unidos, Unger advoga a adesão política à comunidade associada como uma proposta de superação de nossa miséria cultural: os brasileiros não precisarão importar mais as boas ideias de uma nação mais desenvolvida, se o país aceitar tornar-se um apêndice da mesma. Aqui, temos uma manobra discursiva sagazmente operada pelo autor: se a comparação com o vizinho do norte nos coloca em posição de inferioridade, a integração com tal potência não apenas defenestra essa posição de rebaixamento, mas também nos permite sentirmo-nos participantes de um panorama civilizacional mais elevado. Dessa forma, a cultura que goza da admiração dos brasileiros poderia ser vista como uma produção nacional, proveniente *de outra parte de nosso próprio país*.

A pena do autor, portanto, produz não apenas uma avaliação comparativa ancorada na região do Julgamento (MARTIN; WHITE, 2005) entre o arcabouço estético-intelectual de ambas as nações, mas generaliza (standardização) tal cotejamento de modo a usá-lo como uma ilustração dos benefícios da abdicação da soberania em nome de uma colonização voluntária pelos EUA. O caráter moral da avaliação cunhada sob a clave do Julgamento azeita esse trabalho retórico, pois atribui qualidades de natureza absoluta ao povo estadunidense ao passo que as afasta completamente do horizonte doméstico brasileiro.

Todo esse quadro ideológico-avaliativo tem seu apogeu na parte final do segmento: *por que não unir a competência deles com nossa alegria?* Apesar do trecho em destaque iluminar duas virtudes

referentes a cada uma das nações dicotomizadas (a alegria brasileira e a competência estadunidense), um olhar mais abrangente evidencia uma clara hierarquização entre as qualidades listadas. É preciso ter em mente que o texto tem como tema precípua uma proposta de caráter político-econômico, que tem como fundamento uma aludida discrepância no nível de desenvolvimento entre duas nações. Portanto, ainda que a alegria de um povo possa ser um atributo simpático, em um debate em torno de semelhante temário, tal qualidade inerente aos brasileiros se torna secundária em face da competência dos americanos. Assim, a explicitação da alegria como a qualidade digna de nota do nosso povo, em vez de endossar a necessidade de independência e afirmação da nacionalidade brasileira, depõe em sentido contrário. Marca-se, novamente, a dicotomização como um instrumento de materialização do viralatismo, a partir do emprego de uma rede de expedientes avaliativos, que cotejam uma nação caracterizada pela qualidade racional da competência a uma outra, qualificada por um atributo afetivo.

Essa dinâmica de dicotomização entre os Estados Unidos, laureados com elogios acerca de suas virtudes, e o Brasil, estigmatizados por seus vícios, se mantém no decorrer do texto, como podemos ver a seguir:

E se os Estados Unidos não quiserem? Uma maldição nos persegue: sempre que queremos vender o Brasil, faltam compradores. O contraste entre o pragmatismo de nossas elites e a tendência americana de oscilar entre os interesses e as cruzadas dá-me, contudo, esperança. Basta convencer os americanos de que esse é o primeiro passo para endireitar a humanidade que eles embarcam.

Segmento 3: faltam compradores

No trecho em lente, a dicotomização construída a partir da polarização avaliativa, que estrutura a argumentação do autor, é radicalizada ao ponto de se tornar uma caricatura. Ainda que o Brasil se coloque em posição de total rebaixamento, suplicando associação com a potência do norte, há o risco de os estadunidenses não nos quererem comprar. Agravando o desdém mundial atribuído ao nosso país, o autor qualifica o desinteresse das demais nações em adquirir o Brasil como uma *maldição*. Nesse quadro, a falta de *compradores* para o país, seguindo a lei da oferta e da demanda, comprovaria o nosso baixo valor, o que justificaria ainda mais a necessidade da venda.

Aqui, torna-se novamente patente o emprego da estratégia discursiva de standardização, operada com o intuito de estender a todo o país a *maldição* econômica da falta de demanda, que comprovaria nossa inferioridade. O termo *maldição* marca um juízo cunhado na região semântica do Julgamento (MARTIN; WHITE, 2005), que caracteriza o desinteresse dos *compradores* internacionais no país não apenas como um dado constitutivo do Brasil, mas também como uma constante histórica. Afinal, se *sempre que querem(os) vender o Brasil*, tal empresa fracassa pela baixa procura estrangeira, evidencia-se a precariedade do país em todos os aspectos e a urgência de se consumir a venda de semelhante ativo desvalorizado.

A standardização, erigida no segmento 3, viabiliza outra tática discursiva de materialização

da ideologia do viralatismo: a dicotomização radicalizada. Essa oposição maniqueísta se constitui a partir de duas figuras metafóricas edificadas pelo autor com base em avaliações distintas de ambos os extremos da polarização. De um lado, temos os possíveis compradores internacionais do Brasil, materializados nos Estados Unidos. Essa nação é apresentada como salvadora messiânica de nosso país, sendo nossa associação submissa à potência anglo-saxã o único caminho para a superação de nossos *problemas fundamentais*. Do outro lado, há o Brasil, epítome do atraso, sendo as únicas coisas dignas de respeito em nossa terra produto da importação.

Além de sermos pintados com cores negativas, recebemos mais um aporte de desqualificação, sendo caracterizados como um *produto* completamente desvalorizado, a ponto de não despertar interesse em nenhum eventual *comprador* externo. Temos, portanto, um enlace entre os movimentos de concretização discursiva da ideologia do viralatismo e os expedientes de valoração distribuídos ao longo do fragmento em tela. O articulista instrumentaliza suas avaliações desabonadoras acerca do Brasil, contrapostas aos panegíricos à competência e ao humanismo dos norte-americanos, para reforçar ainda mais a dicotomização entre ambas as nações.

Diante do baixo poder de sedução econômica do Brasil, o autor do texto propõe uma alternativa que agrava ainda mais nosso rebaixamento perante os Estados Unidos: o recurso à caridade dos vizinhos da América do Norte. Afinal, se os atrativos brasileiros não são suficientes para fomentar a demanda de outras nações, caberia o apelo ao espírito humanitário dos americanos como um meio de convencê-los a apoiarem o projeto de associação subalterna do nosso país à comunidade estadunidense.

Inúmeras são as camadas de depreciação axiológica do Brasil e manifestação da ideologia do viralatismo no trecho sublinhado. Em primeiro lugar, a própria caracterização do perfil específico das elites dirigentes de cada um dos países já estabelece uma dicotomização que coloca o Brasil em posição de inferioridade em relação à potência do continente. Enquanto nossas classes mandantes teriam como traço marcante seu pragmatismo, ou seja, a prevalência de uma visão de mundo que privilegia os interesses de momento; as franjas mandatárias estadunidenses teriam como atributo principal sua inclinação aos sacrifícios em nome de causas humanitárias (*cruzadas*). Assim, estabelece-se uma hierarquização avaliativa através de um Julgamento (MARTIN; WHITE, 2005). Esse tipo de avaliação, por sua natureza ética, qualifica a elite norte-americana como dotada de altivez e senso de moralidade. A partir da tática da standardização (THOMPSON, 1995), que atravessa todo o texto, o panegírico ao sentido moral aguçado da elite norte-americana derrama-se sobre a totalidade do povo. *Contrario Sensu*, o pragmatismo venal de nossa classe mandante também se generaliza para o restante dos brasileiros.

Unger pinta um quadro ideológico-axiológico bastante claro no segmento em tela: enquanto o Brasil é um produto sem atrativos econômicos na prateleira e seu povo é marcado por um pragmatismo intestino, os estadunidenses têm larga envergadura moral e meios para nos ajudarem como uma forma de filantropia. Em face desse diagnóstico, o autor nos apresenta um receituário que agrava ainda mais a nossa posição de rebaixamento moral e humilhação, movimentos que implicam em um Julgamento negativo de forte gradação contra o país. Na visão *pragmática* do profes-

sor, poderíamos empregar nosso oportunismo para convencer os nobres americanos de que a compra de um ativo sem valor (o Brasil) corresponderia a uma agenda humanitária, capaz de tocar seu espírito caridoso. Assim, venderíamos nosso produto sem atrativos como se sua aquisição fosse o *primeiro passo para endireitar a humanidade*. Além de rasteiros e inúteis, o Julgamento (MARTIN; WHITE, 2005) moralmente carregado do articulista também flerta com outro atributo tradicionalmente estigmatizado pelo viralatismo: a malandragem do brasileiro, que nos permitiria cobrar um preço inflacionado por nosso país apelando ao espírito altruísta do estrangeiro.

É justamente nesse cenário de valorações depreciativas do Brasil e panegíricos aos EUA que a *solução Porto Rico* é novamente introduzida de maneira triunfal como a panaceia definitiva para os males de espírito e essência do Brasil. Vejamos o arremate do texto proposto por Unger:

Sutis e insinuantes, nossos quadros dirigentes evitam ferir atavismos. Entretanto, o avanço em direção à saída Porto Rico explica muito do que nos tem ocorrido e nos ocorrerá nos próximos meses. Já nos adiantamos rumo à solução final para o Brasil.

Segmento 4: saída Porto Rico

As linhas argumentativas, as frentes de materialização da ideologia do viralatismo e os expedientes avaliativos, que estruturaram todo o escrito ora examinado, reaparecem de maneira condensada no seu parágrafo final. Primeiramente, o autor novamente emprega o artifício da estandarização de modo a caracterizar a totalidade dos brasileiros a partir de um jugo sobre nossa camada dirigente. Os adjetivos *sutis* e *insinuantes* possuem, nesse sentido, um caráter ambíguo. Do ponto de vista do jogo político, sutileza e capacidade de insinuação são qualidades dignas de elogio, pois permitem que o agente da disputa de poder consiga se articular de uma maneira mais eficiente e dissimulada.

Contudo, no panorama de valores compartilhados no senso comum nacional, tais atributos também possuem um caráter negativo. Ser sutil e insinuante significa dispor do ardil de enganar, mentir e agir de modo oportunista com o fito de consumir seus interesses. Logo, há um Julgamento de natureza ética (MARTIN; WHITE, 2005) subjacente à categorização proposta pelo articulista, o qual escorre metonimicamente para todo o restante da sociedade através do mecanismo da estandarização, usado ao paroxismo ao longo do texto.

Essa sofreguidão pragmática do brasileiro, além de desqualificá-lo, também pode ser instrumentalizada com o objetivo de superar outro problema de nossa gente: nosso atavismo. Essa noção, proveniente da biologia, tende a ser empregada no discurso político com o intuito de referir-se a posicionamentos e ideias políticas que se assentam em uma espécie de conservadorismo estéril, guiado apenas pelo desejo atávico de manter as coisas da forma que estão. Esse tipo de comportamento tende a ser classificado nos circuitos ideológicos mais liberais como um freio ao progresso e à modernização, sendo esta a linha argumentativa adotada pelo articulista. Esse traço de atavismo

de parte dos brasileiros contrasta com o pragmatismo exaltado por Unger. Aqui, reside um ponto interessante: enquanto os estadunidenses são adjetivados a partir de qualitativos virtuosos (altruísmo, humanismo, etc.), os brasileiros recebem uma caracterização negativa, ora sendo especiosos e egoístas; ora sendo paroquiais e atávicos.

No trecho final do segmento 4, Unger retoma de maneira explícita a ideia da *saída Porto Rico*, apresentando-a novamente como a solução definitiva para o nosso drama. Temos, então, o retorno da dicotomia triangular esboçada em segmentos anteriores do escrito. Assim, o estatuto colonial de Porto Rico é propagandeado como uma ponte capaz de mediar os dois pólos do maniqueísmo axiológico composto pelo professor. A única *esperança* do Brasil sonhar em equiparar-se em todos os aspectos aos vizinhos do norte é a transformação em uma *comunidade associada*, eufemismo para entreposto oficializado. O exemplo porto-riquenho, uma nação que se entregou à potência lindeira, é vendido, de maneira definitiva, como a única alternativa viável de modernização econômica do Brasil.

Todas as camadas ideológicas do viralatismo teorizadas pela pena de Nelson Rodrigues se mostram presentes no texto de maneira aguda. A inferiorização diante dos Estados Unidos e Porto Rico é patente. Todas as referências ao nosso país ao longo do escrito são depreciativas. Até mesmo quando o autor busca acariciar o ego da elite mandante brasileira, ele o faz a partir de qualitativos ambíguos, que muito mais revelam lacunas morais do que virtudes políticas. Em contrapartida, os EUA são apresentados como um parâmetro de virtude e sucesso, cuja emulação é tida como uma panaceia absoluta a todos os nossos dramas nacionais. É justamente nessa linha de raciocínio que o pequenino Porto Rico também se converte em um espelho para uma nação de proporções continentais como o Brasil. Os porto-riquenos, uma colônia voluntária perfeita, assentiram em se desfazer de sua soberania nacional em nome de se integrar economicamente ao império do norte, devendo seu exemplo guiar as franjas mandantes brasileiras na mesma direção.

Além da inferioridade, outras propriedades do viralatismo se fazem presentes de maneira candente no texto de Unger. A noção do Brasil como um fracasso absoluto (tanto contemporaneamente quanto em sua história) e a visão pessimista de futuro para o país estruturam todo o artigo. A ideia de que os *problemas fundamentais* do país somente poderiam encontrar resolução com a virtual dissolução nacional e sua incorporação como colônia institucional dos EUA já evidencia um entendimento do Brasil como um projeto frustrado de nação – como uma empresa falida que precisa ser comprada, “a preço de banana”, por uma concorrente rica e próspera. Logo, a *solução Porto Rico* é um receituário para a debacle do Brasil, denunciando a nossa inviabilidade enquanto país autônomo.

Além disso, o texto está saturado de pessimismo em relação ao futuro brasileiro independente. A própria denúncia da suposta falta de *compradores* para o Brasil e o apelo à caridade humanista dos anglo-saxões como *esperança* evidencia o olhar depreciativo e de expectativas sombrias em relação ao porvir brasileiro. Tal cenário de penumbra se modifica em face da possibilidade de adesão ao cinturão institucional americano, seguindo os passos de Porto Rico. À luz desse novo horizonte, o país poderia, de maneira quase miraculosa, incorporar as virtudes e ideologias estadunidenses aqui admiradas, tornando-as também características da brasilidade. Seria, portanto, um renasci-

mento não apenas político-econômico, mas espiritual do Brasil: um renascimento que antes exigiria a eutanásia da nação.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo precípua deste estudo foi gerar entendimentos sobre as formas como a ideologia do viralatismo se fez patente no discurso da imprensa hegemônica nacional. No decorrer da análise, uma série de recursos semântico-avaliativos foram documentados em operação, agindo como instrumento de inscrição do viralatismo no texto escrutinado. Alguns entendimentos erigidos com base na análise empreendida são dignos de nota.

Em primeiro lugar, vale assinalar que o texto de Unger expressa de uma maneira quase caricatural um sistema ideológico que deságua em uma infinidade de posicionamentos políticos comumente flagrados na grande parte da mídia hegemônica nacional. O próprio fato de o texto ter sido publicado no jornal de maior prestígio e circulação do país torna nítida a adesão de parte importante das classes dominantes nacionais ao projeto advogado pelo professor.

Apesar da falsa penumbra de imparcialidade dissimulada pelos veículos de imprensa, o artigo analisado converge de forma inequívoca com a linha editorial esposada pelo jornal que o hospeda. Enquanto um pasquim, que atua na arena discursiva como defensor implacável do projeto neoliberal em nosso país, a Folha de São Paulo se vale pragmaticamente de alguns dos mitos que orbitam o discurso jornalístico (como a liberdade de expressão e a neutralidade da imprensa), franqueando o espaço de suas páginas apenas a articulistas que expressam opiniões e interpretações de mundo alinhadas aos interesses dos grupos econômicos que controlam essa empresa de mídia. Esse falso debate serve para marginalizar e estigmatizar qualquer forma de dissenso ou contestação ao arcabouço ideológico dominante, produzindo um consenso artificial em torno da agenda que congrega as franjas oligárquicas do país.

Ademais, é importante destacar que as premissas fundadoras do viralatismo, em especial, o desencanto perante o futuro do país e a sua inferioridade face às nações desenvolvidas, desempenham uma função de proa na viabilização política de propostas como a *solução Porto Rico*. Elas agem como emoliente ideológico de propostas que implicam na submissão extremada do país diante de interesses externos. Naturalmente, semelhantes ideias somente se tornam viáveis se setores majoritários da população se convencerem a respeito do fracasso e da inferioridade do Brasil.

À parte os interesses políticos de ocasião endossados pelo viralatismo, essa ideologia é uma presença constante no ecossistema de ideias do país. Desde associações estapafúrdias entre nosso clima tropical e os problemas socioeconômicos do país até um deslumbramento alienado diante dos modos de vida de outros povos: a matriz simbólica que preconiza a inferioridade brasileira se entranha nas mais diferentes instâncias do debate público brasileiro. Logo, compreender os fundamentos e premissas desse sistema de ideias a serviço do poder (THOMPSON, 1995) e seus caminhos de materialização discursiva pode nos ajudar a entender de maneira mais profunda a retroali-

mentação entre os modelos ideológicos e o discurso. Assim, podemos enxergar a forma como esse enlace se manifesta como uma força política em nosso país, defendendo os interesses de poucos e viabilizando a submissão de quase todos.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. *Para uma filosofia do ato responsável*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

BOITO JR., Armando. A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. *Crítica Marxista*. n. 42, maio, p. 155-162, 2016.

FAIRCLOUGH, Norman. *Language and power*. London: Longman, 1989.

HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood. *An Introduction to Functional Grammar*. 2 ed. London: Arnold, 1994.

MARTIN, James R.; WHITE, Peter R. R.. *The language of evaluation*. Great Britain: Pelgrave/ Macmillan, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Edição eletrônica: Ed. Ridendo Castigad Mores, 1999.

RODRIGUES, Nelson. *A Pátria de chuteiras*. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira Participações S.A., 2013.

SCHOMMER, Aurélio. *História do Brasil vira-lata: as razões históricas da tradição autodepreciativa brasileira*. Anajé: Casarão do Verbo, 2012.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 2 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

UNGER, Roberto Mangabeira. A Solução Porto Rico. *Folha de São Paulo*, 22 set. 1998. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/fz22099807.htm>

Solução Porto Rico

ROBERTO MANGABEIRA UNGER

A incorporação do Brasil aos Estados Unidos como comunidade associada, no modelo Porto Rico, resolve os problemas fundamentais do país. É a grande reforma modernizante.

Considera-se singular o caso de Porto Rico. Na história moderna independência sempre pesou mais do que dinheiro. Explica-se dizendo que foi tão completa a destruição da economia e da família em Porto Rico que matou o desejo de desenvolver projeto nacional de vida coletiva. Só por isso é que os porto-riquenhos teriam preferido a associação à independência. A aparente anomalia pode ser prenúncio. O nacionalismo, como o liberalismo e o socialismo, é uma ideologia elaborada na Europa no início do século 19. Dali se difundiu. Antes disso, conveniências, não fantasias, orientavam a construção dos Estados soberanos. Hoje a justificativa de manter Estado nacional é organizar a sociedade de forma própria. Não basta a mera consciência de diferenças culturais; até um Estado federado como o Havá conserva muito folclore. Esvaziadas de conteúdo institucional, identidades viram idiosincrasias. Não justificam o apego à idéia ultrapassada da nação. Não há elite tão indiferente às ideologias e tão objetiva no descortino de seus interesses quanto a brasileira. Aquilo que sempre se ridicularizou como seu hábito de aderir às ondas no mundo sem acreditar nelas, e sem se deixar contaminar pelas febres ideológicas que tantas vezes desorientaram nossas classes médias, agora mostrará seus benefícios. Ontem é amanhã: essa oligarquia já nasceu pós-moderna. Por que ter moeda atrelada ao dólar e sofrer o pesadelo de

que nossos dólares acabem, se podemos ter o dólar como moeda? Por que importar de outro país tudo que respeitamos -o neoliberalismo, a ecologia, os patins, a ciência econômica-, se podemos sentir que vem de outra parte de nosso próprio país? Por que não unir a competência deles com nossa alegria? Só o preconceito impede.

Grave obstáculo seria a resistência de nossa elite às mudanças de comportamento exigidas pela incorporação. Mesmo comunidade associada cai sob a lei federal americana, que castiga severamente práticas corriqueiras entre nossos endinheirados e poderosos, como a sonegação fiscal e o assédio sexual. Outro dia um diretor do Banco Central anunciou a jornalistas que o preço das ações de empresas brasileiras estava tão atraente que ele próprio comprara algumas. Noticiou-se depois que o Banco Central interveio na Bolsa para elevar os preços. Nos Estados Unidos esse diretor teria saído algemado do banco. Quem apareceu algemado aqui foi um cantor que haveria cometido assalto desastrado para sustentar o vício. Para consumir a união americana, os nossos correrão o risco jurídico confiantes em sua esperteza. Dirão: entre ingênuos como os americanos, deitamos e rolamos.

E se os Estados Unidos não quiserem? Uma maldição nos persegue: sempre que queremos vender o Brasil, faltam compradores. O contraste entre o pragmatismo de nossas elites e a tendência americana de oscilar entre os interesses e as cruzadas dá-me, contudo, esperança. Basta convencer os americanos de que esse é o primeiro passo para endireitar a humanidade que eles embarcam.

Sutis e insinuantes, nossos quadros dirigentes evitam ferir atavismos. Entretanto, o avanço em direção à saída Porto Rico explica muito do que nos tem ocorrido e nos ocorrerá nos próximos meses. Já nos adiantamos rumo à solução final para o Brasil.

Submissão: 02/03/2023

Aceite: 15/01/2024